

RUBEM BRAGA

PANAIR

A PANAIR está outra vez dando o que falar. Heuve uma reunião de acionistas em assembléa geral, e ali foram reformados os estatutos, prorrogando o mandato dos membros do Conselho Administrativo e da Diretoria Executiva de um para três anos. A medida já beneficia os atuais conselheiros e diretores.

Estão nossos deputados querendo prorrogar seus mandatos, e ao leitor parecerá talvez que seria mais próprio que eu comentasse isso no lugar de meter meu nariz na política interna de uma empresa privada. Mas a Panair não é uma empresa privada qualquer: é uma grande empresa de serviço público de âmbito internacional e além disso é subvencionada pelo governo.

Fui dos que apoiaram, na imprensa, a idéia dessa subvenção. Nas linhas internacionais a Panair tem de enfrentar a concorrência de poderosas organizações estrangeiras, todas governamentais ou subvencionadas pelos governos. Apoiá-la, e às outras companhias nacionais cujos aviões também cruzam as fronteiras, não é apenas economizar divisas — e isso já é importantíssimo — é também manter a nossa bandeira nos ares de outros continentes. E isso é mais do que uma questão de prestígio — é da mais alta conveniência nacional.

Ora, os jornais publicam um protesto de alguns acionistas brasileiros. Dizem eles que a medida tomada pela tal assembléa é ilegal, pois foram impedidos de assinar o livro de presença. A diretoria, através do chefe de relações públicas da Companhia, contesta isso: os tais acionistas é que não quiseram assinar o livro, para não dar o número legal de presentes. Não importa muito saber quem tem razão. O que está fora de dúvida é que a maioria vibrou um golpe de força, legal ou não, na minoria. E essa maioria é constituída principalmente por uma empresa estrangeira, a Pan-American Airways.

Acho muito justo e absolutamente normal que a Pan-American defenda seus direitos dentro da Panair. Detendo 48 por cento das ações, não lhe será difícil assegurar-se o controle absoluto da empresa. Até o ano passado a Pan-American tinha uma pedra no seu caminho; uma pedra chamada Paulo Sampaio. Com Paulo na direção, a Panair do Brasil era brasileira mesmo. Afastado ele, a Panair é sobretudo um pseudônimo brasileiro da Pan-American. Negar isso é negar a própria evidência.

Ora, não há nenhum motivo para subvencionar uma companhia nacional... que não é nacional. Não somos um país tão rico assim, para que nos possamos dar ao luxo de ajudar uma enorme empresa norte-americana. Já se aventou a idéia de que só devem ser subvencionadas companhias que tenham um máximo de 20 por cento de capital estrangeiro. Assim, se a Panair quiser fazer jus à subvenção, ela deve apresentar pelo menos 80 por cento de seu capital em mãos de brasileiros.

A nacionalização da Panair não será, afinal, nenhuma medida denacionalismo exaltado e cego. Será uma providência normal de defesa de um patrimônio construído principalmente com os recursos e os esforços brasileiros. Não estou falando em nacionalizar no sentido de passar a companhia para a propriedade do Estado, mas de criar condições para que o seu controle efetivo fique em mão de brasileiros.

Está claro que a Pan-American usará todos seus meios de influência para impedir isso. Mas desprezar essas influências e seguir a linha do interesse nacional é um ponto de honra do Congresso. Será que ele (o Congresso) acredita nisso?